

■ NACIONAL

Economia - Brasil

“Desafio é medir nível da demanda”

Para Maílson da Nóbrega, erro de avaliação pode trazer efeitos muito nocivos à economia

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

O maior desafio dos formuladores da política econômica brasileira no momento não é definir o que fazer com o câmbio mas descobrir se há ou não aquecimento no nível da demanda interna.

A tarefa não é fácil e qualquer erro, para mais ou para menos, tem sérias implicações: “Se a demanda estiver elevada e se não forem tomadas medidas agora corre-se o risco de ser tarde demais, lá na frente, para evitar os efeitos nocivos (com impacto negativo que pode recair sobre a inflação ou, alternativamente, piorar a conta de transações correntes do balanço de pagamentos). Mas, por outro lado, se a demanda não estiver crescendo, qualquer decisão de freá-la agora terá efeito recessivo mais adiante”.

A avaliação é do consultor e ex-ministro da Fazenda Maílson Ferreira da Nóbrega, que reputa ser hoje infinitamente mais difícil para o governo acertar na condução da política econômica. Isso ocorre pela conjugação de dois fatores. De um lado, a já conhecida e até certo ponto inaceitável precariedade

“Até o Delfim já fala que deve-se mexer no câmbio, mas junto com medidas fiscais”, diz o consultor

das estatísticas econômicas e sociais, que deixam no escuro os administradores da área econômica. De outro, a desconcentração do setor produtivo brasileiro, seja em termos de escala empresarial ou de localização.

“Quando eu estava no Ministério da Fazenda (entre 1988 e 1990) tudo era mais fácil, bastava dar cinco ou seis telefonemas para grandes empresários paulistas para se saber o que estava acontecendo no setor de supermercados, da construção civil, da indústria têxtil, da área de máquinas, dos eletroeletrônicos e, como tudo se concentrava em São Paulo, tínhamos ali uma amostra muito próxima dos fatos. Isso não vale mais hoje em dia porque o setor produtivo espalhou-se para o interior do Estado de São Paulo, para Minas Gerais, para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, além de a economia ter-se tornado muito mais complexa”, comentou Maílson para este jornal.

Com a inexistência de estatísticas que possam efetivamente medir o que esteja acontecendo, só resta à área econômica do governo atuar na base do “vô meio cego”, procurando acertar, mas tendo que ir devagar, apalpando aqui e ali para sentir até onde deve ir.

Só uma área, na opinião de Maílson da Nóbrega, é hoje intocável e esta área é a política cambial. “Até o Delfim (o deputado Delfim Netto) já diz que deve-se mexer no câmbio, mas junto com medidas fiscais”, atesta o ex-ministro da Fazenda, para quem o risco de fatores externos adversos, em 1997, é baixíssimo.

O déficit da balança comercial, que ele estima em torno de US\$ 8,5 bilhões no final deste ano, será, acredita, facilmente financiado. Sua previsão para o déficit da conta corrente do balan-



Maílson da Nóbrega

preços ao consumidor, deve fechar dezembro em 7% e o PIB brasileiro, segundo sua estimativa, vai crescer em 1997 à taxa de 4%.

Todas essas previsões Mailson apresentou aos executivos de fundos de investimento e administradores de ativos que o ouviram durante almoço promovido em Londres pela BB Securities, o braço do Banco do Brasil para operações com papéis de renda fixa e renda variável no exterior. Alguns dos convidados operam com títulos de renda variável, como ações e debêntures, uma área que a BB Securities quer expandir, de olho no mercado que tende a se expandir no Brasil com as privatizações. “O futuro está nos papéis de renda variável”, comentou para este jornal o economista senior da instituição, Pedro Regina.

A privatização, na verdade, foi o tema que mais interessou aos convidados presentes à apresentação de Maílson, embora nenhuma pergunta específica sobre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tenha sido feita. O ex-ministro da Fazenda aproveitou para falar também da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga no Congresso Nacional as irregularidades envolvendo os títulos estaduais e municipais emitidos sob o pretexto de pagamento de precatórios judiciais.

Na previsão do economista, o déficit em conta corrente este ano será de US\$ 28 bilhões

“Estou convencido de que esta CPI, no final de tudo, trará mais benefícios para o País do que malefícios”, comenta

Mailson, certo de que no frigir dos ovos, depois de contados os feridos, o resultado será uma maior dificuldade para que estados e municípios possam emitir títulos, um maior controle por parte do governo federal sobre essas emissões e, ainda, o desaparecimento do procedimento de “urgência” que hoje faz com que os pedidos de autorização tramitem rapidamente no Senado Federal.